

Conselho reage à notícia de acordo por pena leve

Integrantes dizem que vão levar em conta a opinião pública na hora do julgamento

José Augusto Gayoso

● BRASÍLIA. Os integrantes do Conselho de Ética reagiram com veemência à notícia de que estaria sendo feito um acordo do PMDB e do PFL para livrar o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de uma punição mais forte, em troca do perdão a Jader Barbalho (PMDB-PA) se houver processo disciplinar contra ele por conta das denúncias sobre Sudam ou Banpará.

Pelo depoimento da maioria dos integrantes do conselho, fica claro que na hora de decidir pela punição a Antonio Carlos ou a José Roberto Arruda (sem partido-DF), no caso da violação do painel eletrônico, os parlamentares vão levar em conta, sim, a opinião pública. Afinal, 11 dos 16 integrantes do conselho enfrentam as urnas no próximo ano, buscando a reeleição. Dos cinco que têm mais cinco anos de mandato, pelo menos dois (a

petista Heloísa Helena e o peemedebista Ney Suassuna) vão tentar chegar ao governo de Alagoas e Paraíba.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que jamais foi procurado pelo seu líder, Sérgio Machado (CE), para tratar da questão.

— Ainda bem que não me procuraram. Se fizessem isso, denunciaria no plenário.

Os cinco peemedebistas do conselho negaram categoricamente qualquer conversa com o líder Renan Calheiros (AL) ou com Jader. Casildo Maldaner disse que sequer conversaria. Amir Lando (RO) foi incisivo:

— Agora é tarde. As cartas já estão na mesa.

Entre os pefelistas, também houve reação. Geraldo Althoff (SC) resumiu:

— Não dá para se falar desse jeito agora. Conhecemos nossas responsabilidades e estamos no conselho com essa missão. Acordo de lideranças, nesses casos, não se aplica. ■